V ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
GOVERNANÇA, ACCOUNTABILITY E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: (des)Construções conceituais e desafios para Gestão Pública
SBAP

Grupo de Trabalho (GT 2 - Governança e Cooperação no Setor Público)

Os "Guardiões das Águas" no Circuito das Águas de Minas Gerais: um estudo a partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva

Valderí de Castro Alcântara [1]

Lindsay Teixeira Sant'Anna [2]

José Roberto Pereira [3]

Resumo

Neste artigo descrevemos a formação e estruturação dos "Guardiões das Águas" no Circuito das Águas de Minas Gerais a partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva. Este modelo foi desenvolvido por Pimentel (2012) e se fundamenta na posição ontológica do realismo crítico. Os dados do estudo foram coletados por meio de observação participante, pesquisa documental e entrevistas. Nos resultados descrevemos o campo das águas envasadas no qual ocorrem as disputas em torno das águas minerais. Em seguida, fazemos uma leitura da estruturação dos "guardiões das águas" a partir dos momentos de M1 (espacialização), M2 (identificação) e M3 (representação). Mesmo que eles ainda não se constituam como uma organização-formal, mostramos que houve processos de identificação e construção identitária no coletivo e que implicou na estruturação dos "guardiões das águas", viabilizando poderes causais e a emergência da entidade.

Palavras-chave: Águas Minerais. Identidade. Realismo Crítico. Ação Coletiva.

Introdução

A interação da água com o corpo humano se revela em um ciclo de constante hidratação celular e remoção de resíduos (STRANG, 2014). Portanto, a nossa própria materialidade é constituída por água, que fora do corpo humano tem outros significados, efeitos, utilidades, usos, etc. Sendo assim, as águas possuem poderes causais dentro e fora do corpo humano: dentro do corpo, constitui a causa da vida e fora é capaz de mobilizar, entre outras coisas, interações e conflitos socioambientais.

Falar em poderes causais, significa dizer que todas as coisas (entidades, símbolos, grupos, discursos, organizações, etc.) são reais de diferentes modos e possuem poderes causais na medida em que exercem um efeito sobre algum comportamento, fazendo alguma diferença em determinada realidade (FLEETWOOD, 2005). Em específico, as águas minerais carregam em si diversos motivos de conflitos e de interação social: são

[1] Doutorando em Administração na Universidade Federal de Lavras. *E-mail*: valderidecastroalcantara@gmail.com.
[2] Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Lavras. *E-mail*: lindsaysantanna@gmail.com.
[3] Doutor em Sociologia e professor na Universidade Federal de Lavras. E-mail: jrobertopereira2013@gmail.com.

almejadas pela exploração mineral e pelo consumo humano por sua potabilidade e seu potencial para tratamento da saúde.

Historicamente, os conflitos em torno das águas envolvem questões como direitos humanos (direto humano à água e recentes debates sobre direito da natureza à água), a colonialidade sobre a natureza, a atuação de multinacionais na lógica de mercado, e ainda a valoração econômica das águas em detrimento do cultural, social e ambiental. Além disso, a "doutrina brasileira ainda possui resistência de aceitar um possível direito da natureza à água" (CORTE, 2015, p. 564) agravado pelo fato de as águas minerais serem tratadas como "minério" e não como recursos hídricos de domínio público.

Contrários aos processos de exploração e mercantilização das águas minerais acima citados surgem movimentos de justiça hídrica (CORTE, 2015) e justiça da água. Dentre os movimentos existentes, destacamos o caso do Circuito das Águas de Minas Gerais (GUIMARÃES, 2009). Apesar de existirem esses grupos poucos trabalhos exploraram como eles se estruturam. E poucos estudos explicam como na estruturação existem processos de emergência (BHASKAR, 1979; ARCHER, 1995), como neste estudo.

Em geral, esses grupos no caso da água mineral demandam principalmente o reconhecimento dessas águas como bem cultural, bem comum, direito humano e bem de domínio público, consequentemente, uma mudança jurídica para que essas águas não sejam mais tratadas como recursos minerais. Essa mudança vai de encontro à perspectiva morfogenética de Archer (1995), uma vez que a relação seres humanos e água vem se transformado ao longo do tempo, o que implica dizer que há fluxos nesta relação que se modificaram com o passar dos anos (STRANG, 2014). Sendo assim, a materialidade (água) possui poder causal próprio de constrangimento ou incentivo (ARCHER, 2011).

Analisando o contexto do estado de Minas Gerais, observamos que as águas minerais não estão sob a tutela do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), mas, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) que é detentora da concessão das fontes, ou melhor, do "negócio das águas minerais", conforme a própria CODEMIG se refere às águas minerais. Contrários a visão/gestão da CODEMIG, o grupo dos "guardiões das águas" está se estruturando nos últimos anos, principalmente em disputas contra processos licitatórios. Nesse contexto, a questão que se coloca como fio

condutor deste artigo é: como se estruturou a ação coletiva a partir da formação dos "guardiões das águas" do Circuito das Águas?

Para responder a esta questão, descrevemos a formação e estruturação dos "guardiões das águas" no Circuito das Águas de Minas Gerais a partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva. Este modelo foi desenvolvido por Pimentel (2012) e se fundamenta na posição ontológica do realismo crítico. Além da introdução (seção 1), é feita uma discussão teórica sobre o realismo crítico (seção 2) e a estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva (seção 2.1), apresentamos a metodologia de pesquisa (seção 3), os resultados e a discussão (seção 4) e, por fim, considerações finais (seção 5).

A ontologia do realismo crítico

O realismo crítico é um movimento filosófico (BHASKAR, 1979) que ganhou relevância nas ciências sociais (ARCHER, 1995) e até nos estudos organizacionais (PIMENTEL, 2012). Seu percursor, Roy Bhaskar (1979) contribuiu decididamente para importantes avanços em torno da discussão da ontologia. Sua filosofia e a de seus adeptos escapam das visões antropocêntricas (centradas no ser humano) e reconhece que as coisas materiais possuem uma ontologia própria, um papel na formação de relações humanas e não humanas (STRANG, 2014).

O realismo crítico se funda em uma crítica ao positivismo, por um lado, e ao construcionismo social radical, por outro lado. Portanto, nega que a realidade é imutável e independente de nós (como se fosse dada), mas, nega também que toda a realidade depende da nossa descrição (uma forma de antropocentrismo). O realismo crítico "desenvolve uma ontologia não antropocêntrica para as ciências naturais e uma praxiologia humanista para as ciências sociais" (VANDENBERGHE, 2010, p. 16). Faz isso por meio da proposição ontológica de que a realidade é independente de nossas descrições e a proposição epistemológica de que essa realidade é, de forma significativa, conhecida por meio da experiência (PROCTOR, 1998).

Trazendo o realismo crítico para as relações entre seres humanos e natureza, que é o foco deste estudo por causa das águas, Murph (2004) usa a metáfora da dança para

explicar a interdependência entre agentes humanos e não humanos na natureza: “a metáfora da dança captura o autônomo movimento da dinâmica da natureza sem implicar intencionalidade pelo parceiro não-humano, apenas movimento” (MURPH, 2004, p. 254). Os humanos se movem de acordo com as ações da natureza para formar construções híbridas, influenciando-se uns aos outros e ambos tendo alguma autonomia. Em alguns casos, os atores da natureza assumem a liderança e os agentes humanos reagem e improvisam os movimentos da natureza nesta dança. Em outros casos, os seres humanos assumem a liderança planejando uma coreografia em antecipação aos movimentos da natureza (MURPH, 2004). Além disso, a metáfora da dança “também aponta para o significado de aprender a se mover em harmonia com a dinâmica da natureza e de estudar por que essa aprendizagem não ocorre” (MURPH, 2004, p. 255).

Significa, portanto, que o realismo crítico refuta a visão instrumentista humana do mundo, “na qual o papel do não-humano é, aparentemente, fornecer ‘serviços ecossistêmicos’ para servir interesses humanos” (STRANG, 2014, p. 141). Tal visão instrumentista prevaleceu, quando se acreditava na natureza infinita e na água como um recurso que deveria ser subordinado aos interesses e ao progresso humano (FREITAS; DEL GAUDIO, 2015). Contudo, movimentos teóricos realista-críticos e movimentos sociais, com suas reflexividades (ARCHER, 2011), buscam alterar a nossa relação com as águas.

Por estas características o realismo crítico exige que a agência humana aprenda sobre e com a natureza e suas dinâmicas (PROCTOR, 1998). Do contrário, o realismo crítico se tornaria reducionista ao tenta explicar a realidade. Assim, trabalhar com o realismo crítico e a natureza “requer sensibilidade interpretativa e profundidade analítica” (PROCTOR, 1998, p. 363).

Modelo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva

Existem diversos modelos, perspectivas e técnicas de estudos construídas a partir do realismo crítico. Nesse artigo optamos pelo Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva desenvolvido por Pimentel (2012) a partir da ontologia do realismo crítico, inspirado na perspectiva morfogenética de Archer, nos trabalhos de Dave Elder-Vass e Frédéric Vandenberghe, dentre outros. O modelo desenvolvido tem ênfase no nível

mesossocial de estudo. O nível mesossocial "diz respeito à análise da dinâmica grupal, isto é, das interações entre vários indivíduos numa escala da realidade local [...]" (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). No nosso caso, o Circuito das Águas de Minas Gerais.

Para a organização da análise é preciso delimitar o campo: a pesquisa se "inicia com a delimitação de um campo, real ou potencial, de atividade social" (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 216). Isso pode ser feito a partir da visão de Pierre Bourdieu e do entendimento do campo como "raio da visão e atuação coletiva" (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 217). Em seguida, identificamos o "jogo" que se joga no campo: "[...] é possível identificar os jogadores reais, as regras, os objetos do jogo, bem como os adversários" (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 217).

O Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva de Pimentel (2012) possui três momentos: M1 – Espacialização, M2 – Identificação e M3 – Representação. A partir de Pimentel e Rodriguez (2017) apresentamos no Quadro 1 a descrição dos respectivos momentos.

Momento	Descrição
M1 – Espacialização	"dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações [...] aos componentes (indivíduos) sujeitos enquadrados nesta situação".
M2 – Identificação	"diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação, e permite a formação de uma comunidade imaginada, que irá estabelecer os limites do grupo social, bem como as bases ideais e afetivas, os valores e os sentimentos de afiliação e pertencimento do indivíduo ao grupo social".
M3 – Representação	"diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno (através de formas de representação de uma coletividade por um indivíduo ou grupo menor e de delegação de poderes a esses representantes) e externo (através de aquisição, por parte dos representantes da coletividade, de uma capacidade de expressão política no cenário externo à coletividade)".

Quadro 1: Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva.
Fonte: Pimentel e Rodriguez (2017, p. 217-218).

Na Figura 1, por sua vez, ilustramos o processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva em seus 3 momentos. Destacamos também a ênfase no nível meso de análise social e que entre os momentos existem processos de emergência.

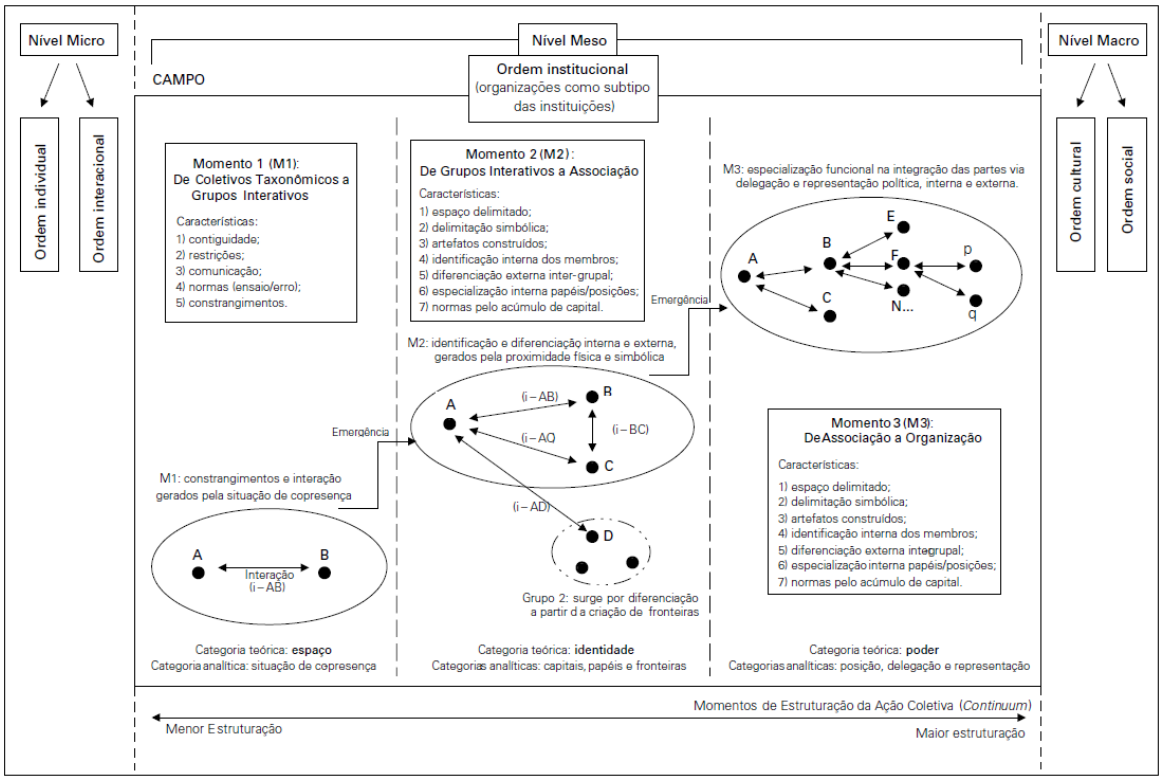

Figura 1: Processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva.
Fonte: Pimentel (2012, p. 428) e Pimentel e Rodrigues (2017, p. 219).

O momento M1 “é a estrutura espaço-temporal que limita o campo de possibilidades do ambiente” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Nesse é importante a noção de copresença: “base para a interação das entidades” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). O momento (M2) considera que “uma vez formados pela situação de compartilhamento espacial, os grupos de interação estabelecem a base para a formação e a consolidação de uma estrutura social mais densa ou coesa” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Em seguida, o terceiro momento (M3) se faz presente “a partir dos sujeitos sociais coletivos, que possuem a capacidade de exercer coerção”, e, além disso, “a dotação de coesão na identidade interna e o grau de complexidade das interações implica a delegação de funções por um representante da coletividade, um líder, por exemplo” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Nesse momento, a autoestruturação e organização da ação coletiva tende a culminar na formação de uma “organização”.

Metodologia de pesquisa

Este estudo qualitativo fundamenta-se ontológica e epistemologicamente no realismo crítico (BHASKAR, 1979; ARCHER, 1995). Neste estudo, para se compreender a entidade “guardiões das águas” a pesquisa foi realizada em participação com os atores sociais que constituem o fenômeno. O trabalho de campo foi realizado por pesquisadores em Cambuquira, Minas Gerais, que faz parte do Circuito das Águas, uma região turística com tradição nas suas águas minerais.

A fim de se compreender as mudanças nessas relações entre seres humanos e natureza, mais especificamente com as águas, e, os processos de emergência dos “guardiões das águas” adota-se a visão da abordagem morfogenética de Archer (1995), que oferece um procedimento para explicar a mudança social ao longo do tempo por meio do rastreamento da história do surgimento de eventos que são criados através de interações estrutura-agência. Archer (2011) entende que as configurações e os cursos históricos das estruturas sociais são de natureza morfogenética, no sentido de não respeitarem a padrões mecânicos, orgânicas ou cibernéticas, mas sendo moldadas e reformuladas a todo momento pela interação entre seus constituintes, partes e pessoas. Portanto, para se identificar tais interações utilizamos: (a) observação participante, (b) pesquisa documental e (c) entrevista.

Vesa e Vaara (2014, p. 290) reforçam que “a observação participante oferece um método rico e significativo para a obtenção de uma visão sobre a vida cotidiana”. Na (a) observação participante foi direcionada atenção às práticas históricas de gestão das águas, especificamente, no que tange aos aspectos materiais (fontes, consumo e coleta da água mineral, estrutura física, situações dos hotéis e vegetação em volta das fontes, estrutura de capitação e coleta das águas minerais, e organização e limpeza das fontes). Além disso, acompanhamos ações, relações sociais, representações e atitudes dos diferentes atores envolvidos na gestão das águas minerais, especialmente, atores da sociedade civil, do Poder Público local e da comunidade.

Na pesquisa documental (b) foram analisados históricos e relatórios de gestão, legislações, editais da CODEMIG visando exploração comercial das águas minerais (além de reportagens em jornais, revistas e páginas da internet, páginas oficiais e redes sociais

sobre os editais e os movimentos contrários). Além de textos e imagens publicados em grupos do *WhatsApp* e *Facebook*.

Se para Archer (2011, p. 160) "a abordagem morfogenética é, ao mesmo tempo, um programa explicativo (o complemento metodológico do realismo crítico) e uma forma de dar conta das trajetórias e dinâmicas das formações sociais" , a fim de compreender com profundidade as trajetórias e dinâmicas do fenômeno, realizamos (c) entrevistas com dois "guardiões das águas" tendo em vista compreender algumas questões que tinham ficado em aberto nas análises – uma entrevistada da ONG Nova Cambuquira e outra da Associação Caxambu Mais.

Estruturação dos "guardiões das águas"

O campo das águas envasadas

Para descrever o campo das águas minerais envasadas e o "jogo" contamos com o trabalho de Queiroz (2011) sobre a temática. Identificar o campo é relevante, pois, ele é um espaço social de forças: um campo de lutas (pela transformação e pela conservação) (BOURDIEU, 1998).

Para identificar as regras deste campo é preciso notar que as águas minerais não são consideradas bem público ou recursos hídricos como as demais águas (rios, nascentes, entre outras águas), mas recurso mineral (minério), desde o Código de Águas Minerais de 1945. Esse cenário faz com que movimentos de proteção e preservação das águas minerais venham de coletividades locais (CRUZ, 2017).

Nos termos de Queiroz (2011), a partir do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o campo das águas envasadas no Brasil consiste em diversos sistemas simbólicos em disputa. A partir da autora citada adaptamos o Quadro 2 para mostrar os agentes e/ou grupos que compreendem o desenho do campo das águas. Este representa bem o campo das águas no Circuito das Águas de Minas Gerais. O diferencial é que as lutas mais visíveis ocorrem hoje entre a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e a entidade dos "guardiões das águas" que envolve, principalmente, atores da sociedade civil, mas, também alguns atores do Ministério Público, pequenos empresários locais, comunidade científica e do Poder Público local.

Grupo	Descrição
Classe empresarial	"[...] engloba os agentes que representam todas as tipologias de indústrias envasadoras, como também, as transnacionais, bem como as distribuidoras e os comerciantes, além de entidades que as representam. Classe que nem sempre prima pela segurança sanitária dos produtos e muitas vezes, não se preocupa com os resíduos, refugos e emissões gerados, além de superexplotar os aquíferos";
Poder público	"[...] agentes que têm o papel de regular, normatizar e fiscalizar as ações dos outros agentes do campo com poderes auferidos pela legislação. São os agentes do sistema de mediações";
Grupos não governamentais, movimentos sociais e segmentos da comunidade científica	"[...] representados, principalmente, por agentes das mobilizações sociais que atuam junto à sociedade. Estes grupos buscam também reivindicar ações visando primar pela saúde, pela qualidade da água, meio ambiente, pela preservação do patrimônio público e identidades de comunidades locais";
Consumidores e sociedade em geral	"[...] representados pelos consumidores e potenciais consumidores de águas envasadas".

Quadro 2: Agentes e/ou grupos que compreendem o desenho do campo das águas envasadas.
Fonte: Queiroz (2011, p. 35-36).

Sobre as disputas, Queiroz (2011) indica que na classe empresarial é de se observar forte acúmulo de capital e busca pela adesão do Poder Público e da sociedade nas práticas de exploração econômica das águas. O Poder Público "[...] tem como instrumentos de mediação as políticas públicas de normatização, regulação e fiscalização" (QUEIROZ, 2011, p. 41). Por sua vez, grupos não governamentais, movimentos sociais e segmentos da comunidade científica mobilizam redes buscando influenciar políticas e práticas em torno das águas minerais. Isso tudo ocorre no Circuito das Águas "do qual fazem parte os municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira" (QUEIROZ, 2011, p. 42).

Momento 1 (M1): de coletivos taxonômicos a grupos interativos

No Momento M1 o foco recai sobre o espaço que "pode ser visto como uma estrutura gerativa que tem a capacidade de fixar, isolar e circunscrever as demais entidades, limitando-as às condições, restrições e habilitações" (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Esse espaço, nesta pesquisa, se refere ao Circuito das Águas de Minas Gerais, onde se localizam os três municípios (Cambuquira, Caxambu e Lambari) em que se constituem em situação de copresença (física e virtual por meio de redes sociais e grupos) os "guardiões das águas". Assim, levantamos a questão de Pimentel e Rodriguez (2017): o espaço é importante? Há identificação espacial que favorece ou desfavorece? A resposta

para essa pergunta é: sim, vez que o espaço possui o poder causal de formar o grupo/coletivo “guardiões das águas”.

O Circuito das Águas de Minas Gerais é um espaço físico, pois, delimita municípios localizados no Sul de Minas Gerais, uma região turística que possui uma longa história com as águas minerais. Além disso, é também um espaço simbólico, primeiramente, pela questão da valorização das águas minerais como medicinais, construtora de identidades, bem cultural e fonte de identificação. Além disso, é um espaço simbólico de lutas entre diferentes práticas (portanto, ações, atores, representações, discursos, etc.) de gestão, exploração e uso das águas minerais: práticas de exploração, de uso medicinal, de atividades turísticas, de preservação, de uso comum, de privatização, de degradação, de uso insustentável, entre outras.

Este espaço físico-simbólico possui poderes causais que ao serem ativados possibilitaram (ofereceram recursos como valores, identificação, etc.) para que os “guardiões das águas” se tornasse um grupo interativo. Um participante do grupo evidencia a relevância da copresença espacial físico-simbólica: “o que a gente está fazendo mais ainda do que preservar a fonte, é preservar essa construção coletiva que é essa história, que é essa cultura, que é esse elemento identificador da água, em conjunto com as experiências dos povos das águas, toda essa herança que a gente recebeu aqui” (Entrevistada, ONG Nova Cambuquira).

Também revela a relevância deste espaço físico-simbólico a questão das estâncias minerais, em que, nelas as águas minerais estão presentes nas identidades das localidades. Portanto, nessa etapa de estruturação da ação coletiva a situação de co-presença se torna central pela fixação à um espaço físico-simbólico. Por isso, no Momento M1 é fundamental a delimitação do caráter espaço-identidade dos coletivos, analisando a “formação (e não formação) de conjuntos de redes entre os indivíduos” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 220).

No caso dos “guardiões das águas” a copresença ocorre na vida cotidiana dos moradores dos municípios de Cambuquira, Caxambu e Lambari e entre aqueles que são de cidades diferentes ocorrem em eventos em torno das águas minerais e por meios virtuais. No caso de eventos podemos citar: (1) o seminário “Agenda 2030 Cambuquira –

Transformação local para o desenvolvimento sustentável" com a presença de pesquisadores, ONG Nova Cambuquira e AMPARA (com sede em Caxambu), moradores locais, entre outros; (2) o Fórum de discussão "Gestão Sustentável do Parque das Águas - Desafios e alternativas jurídico-institucionais" realizado em junho de 2017 em Caxambu; (3) a "2ª Reunião da Força Tarefa - Mudanças relacionadas à água mineral" que ocorreu em Cambuquira – com a presença de pessoas de outros municípios; (3) audiências públicas (Belo Horizonte e Caxambu, principalmente); (4) outros eventos com temáticas culturais e ambientais como o "abraço ao parque", e, (5) manifestações e protestos.

Incluído no item (5) um marco da copresença foi quando a AMPARA, ONG RenovaMata e ONG Nova Cambuquira promoveram no dia 4 de março de 2017 uma manifestação contra uma Consulta Pública e minuta edital que tinham sido publicados pela CODEMIG em 07 de fevereiro de 2017 em busca de parceria empresarial para a exploração das águas minerais em Cambuquira e Caxambu. Em faixas haviam as expressões: "#parem o edital" e "água é vida, não é mercadoria". Também nesse evento foi mobilizado a identidade "#somos guardiões das águas".

A copresença em redes sociais se destaca no grupo do *WhatsApp* "Programa Ondas" (que tem mais de um ano e atualmente conta com 71 participantes). Ele foi criado para difundir informações e estabelecer interações entre os envolvidos que eram de cidades diferentes como Caxambu, Cambuquira e Lambari, dentre outras. É o principal meio de comunicação e mobilização dos "guardiões das águas". No *Facebook* existe o "Diário Águas da Fonte" (657 membros) e, recentemente, em 2018, foram criados a página "Diálogos das Águas" (68 seguidores) e o grupo "Fundação Parque das Águas" (1.120 membros).

Portanto, a partir do apresentado, existem forças reais (material, ideal, social ou artefactual) que favoreceram a interação entre os "guardiões das águas". Como exemplo, material (as águas minerais, os Parques das Águas, etc.), ideal (representações, símbolos, discursos, visões, etc.), social (grupos, coletividades, organizações, etc.) e artefactual (redes sociais, grupos virtuais, petições, etc.).

Sendo assim, se de acordo com as concepções realistas críticas as entidades somente serão reais se elas apresentarem poderes causais, podemos afirmar que a entidade "guardiões das águas" é real. Isso porque, as entidades são reais de diferentes

modos e elas possuem eficácia causal na medida em que exercem um efeito sobre algum comportamento, fazendo alguma diferença em determinada realidade (FLEETWOOD, 2005). Exatamente o que acontece com os "guardiões das águas", por exemplo: a entidade exerceu um efeito contra a Consulta Pública de 2017 da CODEMIG, na construção de Ação Civil Pública, na ressignificação das águas para a comunidade local e proporcionando visibilidade da problemática da exploração das águas mineiras no Circuito das Águas.

Momento 2 (M2): de grupos interativos a associação

Antes de tratar da emergência dos "guardiões das águas", identificamos que a denominação "guardiões das águas" já era utilizada por atores sociais de Caxambu, ligados principalmente a AMPARA e já existia articulações entre os atores como descrito em Guimarães (2009), Queiroz (2011) e Cruz (2017).

Percebemos que a partir do enfrentamento da Consulta Pública e minuta de edital (em fevereiro de 2017) e durante todo o ano de 2017, o coletivo ganhou mais integrantes e visibilidade. Durante todo o ano de 2017 e início de 2018 em suas ações foi articulada essa identidade, seja em práticas de contestação das decisões da CODEMIG ou práticas diárias de sustentabilidade ambiental, preservação e proteção das águas minerais, além da conscientização sobre a importância das mesmas – a exemplo de atividades de conscientização em escolas de Cambuquira e Caxambu.

O processo de emergência (do M1 ao M2) foi a identidade coletiva, mais organizada, com demandas e objetivos mais alinhados. Por isso, segundo participante da ONG Nova Cambuquira os "guardiões das águas" é a "união das organizações e das pessoas [...] união das pessoas que já estão ligadas ao movimento das águas através de um movimento que possa de alguma forma unificar as ideias, os valores, os princípios, as estratégias [...]".

No mais, podemos considerar que foi a partir do poder causal que emergiu desta entidade, "guardiões das águas", que representados pelas ONG Nova Cambuquira, Associação Caxambu Mais e AMPARA, atores socais elaboraram uma Ação Civil Pública contra o processo licitatório da CODEMIG no final de 2017 e início de 2018. Dessa forma, entendemos que foi na resistência a esse processo da CODEMIG (a partir da Consulta Pública de fevereiro 2017) que a identidade "guardiões das águas" foi novamente re-articulada e ganhou novos significados, atores e forças. Isso é relevante já que conforme

Vandenberghe (2010, p. 227) coloca: “[...] para consolidar o processo de construção do coletivo como um grupo [...], a identificação necessita de um “outro”, um “exterior” que é “constitutivo” da identidade do grupo”.

No Momento 2 do modelo de Pimentel (2012) temos também que o poder causal que emerge dos grupos é apresentado “como a capacidade de identificação e criação de um quadro de referência simbólica comum entre seus componentes, formando e/ou fortalecendo a formação de coerência interna e definição externa, resultando numa identidade” (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 218). Nos “guardiões das águas” emergem a “referência simbólica” das águas como saúde, identidade, tradição local, direito humano e bem comum, patrimônio natural e cultural, e, ainda como algo nobre e sagrado. Segundo uma participante da ONG Nova Cambuquira:

> [...] os nossos valores é manter acessa essa chama para que outras pessoas possam se identificar futuramente como guardiões das águas, se colocar como agentes ativos dessa localidade, que é no caso, Cambuquira, Caxambu, enfim, todas essas estâncias minerais. Então, os valores que a gente compartilha enquanto guardiões das águas é de defensores [...] (Entrevistada, ONG Nova Cambuquira).

Além disso, para se compreender como a entidade “guardiões das águas” mantém sua estabilidade, invocamos a ideia de morfoestase na qual Elder-Vass (2010) explica que os fatores causais mantêm a estabilidade de algumas entidades ao ponto que mesmo que algumas peças sejam substituídas não há o comprometimento da existência da entidade – exemplo, pessoas mais jovens passarem a participar e outras deixarem de participar efetivamente do coletivo. Sendo assim, percebemos que a crença compartilhada da água como os elementos citados e não como um minério é um importante fator causal que mantém a estabilidade da entidade.

De forma sintética, os “guardiões das águas” é uma identidade que unifica a luta pela valorização, conservação e proteção das águas minerais, e se opõe aos processos de exploração comercial das águas minerais no Circuito das Águas. Nos “guardiões das águas” as organizações da sociedade civil mais importantes são ONG Nova Cambuquira, AMPARA, Caxambu Mais e Grupo RenovaMata, além disso participam ativistas de outras cidades e até países. Todavia, os “guardiões das águas” não são formados somente por organizações da sociedade civil, mas, também por pesquisadores universitários, moradores

das cidades (especialmente em Cambuquira que tem maior adesão da população local), membros do Ministério Público e Poder Público local (especialmente, prefeito e vereadores de Caxambu, já que em Cambuquira a participação do Poder Público no grupo é baixa).

Cabe destacar que nesse processo podemos compreender àqueles que ficam fora das fronteiras. Nesse caso, especialmente, CODEMIG, seus processos licitatórios de exploração das águas minerais, empresas do setor de envasamento de águas minerais e outros atores estatais e não estatais que não valorizam as águas minerais a partir da "referência simbólica" que reproduz os "guardiões das águas". Nesse sentido, mostramos que houve processos de identificação e construção identitária no grupo e que implicou na estruturação dos "guardiões das águas", viabilizado os poderes causais e a emergência da entidade (ELDER-VASS, 2010).

Momento 3 (M3): de associação a organização

O Momento 3 ainda não se estruturou completamente entre "os guardiões das águas". Eles ainda formam uma "associação" com uma identificação espacial físico-simbólica, mas, não constituíram uma organização com posição, delegação e representação bem delineadas. Assim, ainda não houve "a transição de uma associação simples para uma organização estruturada, com regras e normas implícitas" (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017, p. 221).

Apesar disso existem alguns elementos que podem levar a emergência entre os níveis M2 e M3. A primeira questão é que a ONG Nova Cambuquira aparece como a principal representante dos "guardiões das águas" – a representação/liderança é elemento do Momento M3 (PIMENTEL, 2012). Isto é, ela aparece como uma forma de liderança informal dentro do coletivo, pois, Cambuquira "tem funcionado nos últimos tempos, especialmente, no ano passado como uma cidade polo que está integrando todas essas forças, todas essas idéias e todos esses ideais [...] eles [outras ONGs] acham que nossa atuação seria exemplar" (Entrevistada, ONG Nova Cambuquira). Percebemos que no processo de estruturação existe, mesmo que em menor grau e informalmente, a representação. Isso foi percebido por outra pesquisadora: "Nova Cambuquira foi o autor central para mobilizar a sociedade a favor do entendimento da água mineral como um bem comum" (CRUZ, 2017, p. 151).

Outro momento de possível formação de organização formal diz respeito ao fato que, recentemente, em Caxambu, está acontecendo um engajamento para a criação da Fundação Parque das Águas. Diferentes atores que pertencem aos “guardiões das águas” de Caxambu estão interagindo, pois, acreditam que uma Fundação seria capaz de proteger e preservar as águas minerais. Outros atores sugeriram um modelo de gestão com uma organização intermunicipal com participação da CODEMIG, prefeituras, sociedade civil, câmaras municipais, etc. No entanto, o processo está em mobilização, assim, ainda não evidenciamos a emergência de uma organização formal dos “guardiões das águas”.

Assim, não se tem elementos para afirmar: se os “guardiões das águas” continuarão apenas como uma entidade (mas, não em formato jurídico-organizacional) ou em um futuro “aberto” podem se estruturar em uma organização. Sabemos que nas interações com outras organizações, especialmente, àquelas que se opõem ao modelo de gestão da CODEMIG podem se construir processos de manutenção e transformação das relações/dinâmicas (PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017), que podem impactar nessa estruturação. Encontramos que também internamente existem posições divergentes em torno de algumas questões – isso foi constatado nas redes sociais “Programa Ondas” (*WhatsApp*) e “Diário Águas da Fonte” (*Facebook*) e observação participante.

Considerações finais

Neste artigo, primeiramente nos resultados descrevemos o campo das águas envasadas em que ocorrem as disputas em torno das águas minerais. Em seguida, fazemos uma leitura da estruturação dos “guardiões das águas” a partir dos momentos de M1 (espacialização), M2 (identificação) e M3 (representação). Esse trabalho ganha relevância, pois, conforme coloca Vandenberghe (2010, p. 255) é “a estruturação de coletivos, que faz aflorar e realiza os poderes causais destes”, conforme verificamos com esta pesquisa. Mesmo que os “guardiões das águas” ainda não constituam uma organização-formal, mostramos que houve processos de identificação e construção identitária no grupo e que implicou na estruturação dos “guardiões das águas”, viabilizando seus poderes causais e a emergência da entidade.

Sobre a formação futura de uma organização, não podemos prever, pois no realismo crítico, Bhaskar (1979) concebe um modelo explicativo, mas, não preditivo. Para eles a

realidade social como um sistema aberto impede de que exista possibilidade de predição. Portanto, o Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva foi aplicado para explanar, todavia, isso não significa prever. Cabe destacar que a transição ou não para "organização" não implica, necessariamente, na eficácia do coletivo – além disso é uma decisão que cabe ao grupo.

Pesquisas futuras acerca da identificação de causas morfogenéticas e morfoestáticas (na visão de Archer) podem auxiliar os pesquisadores na área de administração pública a identificar as propriedades emergentes das organizações públicas e movimentos sociais. A partir daí, podemos perceber quais as mudanças nas relações entre organizações públicas, sociedade e as crenças compartilhadas que produzem conflitos socioambientais específicos.

Referências

ARCHER, M. S. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.

ARCHER, M. S. **Realist social theory**: The morphogenetic approach. Cambridge University Press, 1995.

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**: A philosophical critique of the contemporary human sciences. Brighton: Harvester Press, 1979

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CORTE, T. D. **A (re) definição do direito à água no século XXI**: perspectiva sob os enfoques da justiça e da governança ambiental. 2015. 604 p. Dissertação (mestrado em direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira - Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

ELDER-VASS, D. **The causal power of social structures**: emergence, structure and agency. Cambridge University Press, 2010.

FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: A critical realist perspective. **Organization**, v. 12, n. 2, p. 197-222, 2005.

FREITAS, E. S. M.; DEL GAUDIO, R. S. Crise ecológica, escassez hídrica e ideologias: uma análise crítica da carta de 2070. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 27, n.3, p. 439-452, 2015.

GUIMARÃES, B. C. **Direitos coletivos ambientais e a exploração (in)sustentável das águas minerais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

MURPH, R. Disaster or sustainability: the dance of human agents with nature's actants. **Canadian Review of Sociology**, v.41, n. 03, p.249–266, 2004.

PIMENTEL, T. D. **Espaço, identidade e poder**: esboço de uma teoria morfogenética e morfostática para a sociologia das organizações. 2012. 473 p. Tese (doutorado em ciências sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

PIMENTEL, T. D.; RODRIGUEZ, R. S. Uma perspectiva realista crítica sobre ação coletiva em economia. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 1, p. 208-225, 2017.

PROCTOR, J. D. The social construction of nature: relativist accusations, pragmatist and critical realist responses. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 88, n. 3, p. 352–376, 1998.

QUEIROZ, J. T. M. **O campo das águas envasadas**: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade da águas e percepções. 2011. 256 p. Tese de doutorado (doutorado em saneamento, meio ambiente e recursos hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

STRANG, V. Fluid consistencies. material relationality in human engagements with water. **Archaeological Dialogues**, v. 21, n. 2, p. 133-150, 2014.

VANDENBERGHE, F. **Teoria Social Realista**: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

VESA, M.; VAARA, E. Strategic ethnography 2.0: Four methods for advancing strategy process and practice research. **Strategic Organization**, v. 12, n. 4, p. 288–298, 2014.